

N.º 6

Cadernos Barão de Arêde

Revista do
Centro de
Estudos
de Genealogia
e Heráldica
Barão de Arêde
Coelho

Outubro-Dezembro 2015





CENTRO DE ESTUDOS DE GENEALOGIA E HERÁLDICA BARÃO DE ARÊDE COELHO

PRESIDENTE – Luís Soveral Varella, *Barão de Arêde Coelho*

SECRETÁRIO – Óscar Caeiro Pinto

| 1

EDIÇÃO E PROPRIEDADE – Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO – Luís Soveral Varella e Óscar Caeiro Pinto

COLABORADORES NESTE NÚMERO:

Daniel Estudante Protásio

José Manuel Martins Ferreira Coelho

Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes

Luís Soveral Varella

Óscar Caeiro Pinto

Vítor Manuel Pacheco Guedes

INPI – 533081

ISSN – 2183-3672

Depósito Legal –

Revista trimestral de edição digital, N.º 6 – Outubro – Dezembro 2015 (Ano II)

www.aredede.eu

info@aredede.eu

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus Autores tal como a revisão final das provas de cada artigo, os quais seguem ou não o acordo ortográfico conforme melhor entendem.

A presente revista disponibiliza espaço para publicação dos trabalhos aos seus Autores não podendo nunca vir a ser responsabilizada no caso de publicação de artigos ou imagens protegidos pelo direito de autor, cabendo essa responsabilidade unicamente ao Autor de cada artigo.



Sumário	2
Editorial – <i>por Luís Soveral Varella</i>	3
Títulos Nobiliárquicos, Apontamentos e Reflexões sobre Direito Nobiliárquico – <i>por Luís Soveral Varella</i>	5
Figuras da História	
Os intelectuais portugueses e a questão de Casamansa (1839-1843 – <i>por Daniel Estudante Protásio</i>)	13
Genealogia	
As Linhas de Costado de Pedro Cerveira da Cunha (1654-1734), Senhor da Quinta dos Telhais em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda – <i>por Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes</i>	33
Os Morgados de Santa Comba em S. Miguel de Lobrigos, Penaguião – <i>por Vítor Manuel Pacheco Guedes</i>	73
Os Giraldes Quadrado de Almendra e Freixo de Numão – <i>por Óscar Caeiro Pinto</i>	145
Os Heredia – <i>por Luís Soveral Varella (Conclusão)</i>	155
Heráldica e Ex-Librística	
Breves Considerações à Importância das “Paraheráldicas” no Tardo Medieval e Renascimento – <i>por José Manuel Martins Ferreira Coelho (Continuação)</i>	189
Carlos Navarro, Artista Heráldico	205
À Conversa com Sua Alteza Real o Príncipe Davit, Chefe da Casa Real e Herdeiro do Trono da Geórgia – <i>por Luís Soveral Varella</i>	211
António de Sousa Lara – Grande oficial da Ordem do Infante D. Henrique	217
Notícias	219



FIGURAS DA HISTÓRIA

OS INTELLECTUAIS
PORTUGUESES
E A QUESTÃO DE
CASAMANSA
(1839-1843)

| 13

*por Daniel Estudante
Protásio*

OS INTELLECTUAIS PORTUGUESES E A QUESTÃO DE CASAMANSA (1839-1843 ¹)*por Daniel Estudante Protásio* ⁽²⁾

Na primeira metade do século XIX, numa época anterior à ocupação efectiva dos territórios portugueses em África, vários intelectuais – autores, historiadores, deputados, diplomatas – atarefaram-se à volta da disputa sobre Casamansa (Guiné) com o governo francês. Durante um curto período de cinco anos, surgiu um efervescente e aceso debate sobre essa matéria, que hoje urge repensar e documentar sob uma outra perspectiva: a da projecção que tais intelectuais vão ganhar, entre os seus pares e na sociedade a que pertencem, quando se ocupam da questão de Casamansa.

Apresentação metodológica e estado da arte

Já vários autores debateram e documentaram a questão de Casamansa, sobretudo Maria Luísa Esteves na sua obra clássica, *A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné* (1988). Outros teorizaram sobre o papel que os intelectuais e um sub-grupo destes, os académicos (sobretudo os correspondentes e os sócios da Academia das Ciências de Lisboa), desenvolveram na sociedade portuguesa do século XIX, entre os quais Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, em *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos* (1985). Porém, qual o resultado de cruzar o essencial dessas duas obras com as fontes deixadas sobre o assunto por vários autores das décadas de 1830 e 1840? É isso que o presente artigo pretende realizar e, com ele, colocar duas hipóteses inovadoras: saber qual o papel dos intelectuais na dinamização dos estudos históricos sobre territórios ultramarinos; e estabelecer de que forma o debate público consequente serviu – ou não – de oportunidade fulcral para que tais autores tenham ganho alguma preponderância no seu próprio país e no estrangeiro.

É sabido que a questão do território de Casamansa provinha já do século XVIII e que foi objecto de negociações no reinado de D. Miguel – em 1831. Em 1836 os representantes diplomáticos de Portugal em Londres e Paris, o Barão da Torre de Moncorvo e o Visconde da Carreira, oficiavam, a mando do seu governo, ao Visconde de Santarém, ex-Secretário de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros de D. Miguel, na tentativa de estabelecer uma série de argumentos históricos e documentais

¹ Comunicação proferida a 7 de Outubro de 2015, no âmbito da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa.

² Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa (UID/HIS/04311/2013).



que permitissem disputar à França a posse do território ⁽³⁾. Mas como veremos, o assunto não pode nem deve ser reduzido à figura e obra do Visconde de Santarém, que será um dos intelectuais portugueses a celebrar-se por causa de Casamansa (comentando obras de Zurara e de André Álvares de Almada sobre a chegada dos portugueses à Guiné), mas que não foi certamente o único a intervir na questão. Outro autor foi Honório Pereira Barreto, o governador interino da Guiné, que em 1837, «sem elementos que lhe permitissem uma resposta melhor fundamentada, pois não tinha à mão os documentos nos quais se poderia apoiar para basear a sua contestação, soube, no entanto, com altivez e dignidade, refutar os argumentos do governador do Senegal» ⁽⁴⁾.

O próprio conceito de intelectual é difuso e questionável, como o de académico ou de homem de letras. Se se fala já em *Intelectuais na Idade Média* (conforme a obra homónima de Jacques Le Goff), referir-se os *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, como o faz Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, numa obra de sociologia histórica que tem por amostra cinquenta nomes de autores, pode constituir um bom ponto de partida. A autora procura elaborar uma tipologia dos intelectuais, referindo alguns dos mais prestigiados da época e outros que considera esquecidos ou «desclassificados», pela falta de protagonismo ou de sobrevivência de fontes para o seu estudo completo de vida e obra. Mas sem dúvida que, à falta de melhor designação, o conceito de intelectuais, abrangendo sobretudo escritores, burocratas, políticos e militares (com menos presença desta última categoria) pode explicar a abrangência de nomes de oradores e de autores que se pronunciaram publicamente sobre a questão de Casamansa. Como se sabe, as problemáticas da sociologia histórica, do estudo das elites (ou prosopografia) e das redes sociais no século XIX estão sempre a ser inovadas, não devendo envolver rigidez de conceitos ou de perspectivas ⁽⁵⁾.

1839-1840: as primeiras intervenções

O ano de 1839 parece ter sido decisivo, com múltiplas intervenções e solicitações de pareceres e obras, tanto do lado francês como português. É aqui que acaba o que se poderia considerar a pré-história da questão de Casamansa. O ministério francês da Marinha publica umas *Notices statistiques sur les colonies françaises...*, que na sua parte mais importante foram redigidas por Marie-Armand d’Avezac de Castera-

³ Maria Luísa Esteves, *A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988, pp. 42-53.

⁴ Idem, *Op. Cit.*, p. 57.

⁵ Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 9-31 e 341-348. Aparentemente, não são consideradas figuras de exilados que assim tenham permanecido, por razões políticas, durante vários anos, como D. Francisco Alexandre Lobo e o 2º Visconde de Santarém, embora a autora se refira à guerra civil de 1832-1834 e aos legitimistas, sem nomear nenhum em concreto, a pp. 22-23 do seu estudo.



Macaya (Avezac), director do departamento das Colónias e arquivista do ministério. E, sobretudo, a 27 de Janeiro, o presidente do conselho e ministro francês dos Negócios Estrangeiros, o Conde de Molé, emite uma nota que parece ter exercido uma acção decisiva na busca de várias respostas por parte do governo português. Tratou-se, de facto, da primeira nota oficial, diplomática, de base, a suscitar uma atenção redobrada sobre a questão de Casamansa, embora o autor da mesma abandone as funções oficiais a 30 de Março seguinte (6).

Já em Fevereiro (ou mesmo antes), o ministro português dos Estrangeiros encarrega Frei Francisco de São Luís, sócio efectivo da Academia das Ciências, seu vice-presidente, ex-guarda-mor da Torre do Tombo e ex-Secretário de Estado e Ministro do Reino, «de reunir as provas necessárias para fundamentar o direito da coroa portuguesa ao rio de Casamansa». Trata-se, pois, de uma decisão de peso, para fundamentar historicamente as teses portuguesas sobre o território. A 4 de Fevereiro, o Visconde da Carreira rebate a nota de Molé, o que parece ter significado a interrupção da disputa diplomática até 1842. A 4 de Setembro, num «extenso documento que rebate a teoria do [Conde de] Molé», antigo ministro francês dos Estrangeiros, o conselheiro Manuel António Martins, ex-prefeito de Cabo Verde, pronuncia-se também sobre a questão de Casamansa. O dito documento, de 15 páginas, fora solicitado a 31 de Agosto e elaborado, pois, em menos de uma semana (7).

Embora Maria Luísa Esteves afirme que, a propósito de Casamansa, Frei Francisco de São Luís (Cardeal Saraiva) redigiu *Os portugueses em África, Ásia, América e Oceânia...* (que Armando Cortesão data de 1877-1890, ou seja, como publicação póstuma), a primeira obra que lhe é atribuída – publicada, anónima, pela Imprensa Nacional – sobre a questão foi o título *Reflexões gerais acerca do infante D. Henrique, e dos descobrimentos de que ele foi autor no século XV*, em 1840 (8). Tais *Reflexões...*, reproduzidas nas *Obras Completas do Cardeal Saraiva...*, tomo V, de 1875, que se estendem por mais de quarenta páginas, carecem de carácter polémico, de confronto – não nos esqueçamos que o autor contava perto de setenta e cinco anos. E, sobretudo, terão sido iniciadas em 1830, época em que em Portugal reinava D. Miguel, quando o futuro Cardeal Saraiva era então preso político do regime miguelista e em França começavam a surgir as

⁶ Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, p. 64, Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Junta da Investigação Ultramarina, 1969, p. 33 e https://fr.wikipedia.org/wiki/Mathieu_Molé (consultado a 4/12/2015). Molé fora presidente do conselho e ministro dos Estrangeiros entre 6 de Setembro de 1836 e 30 de Março de 1839 e seria eleito para a Academia Francesa a 20 de Fevereiro de 1840. Foi também membro da Sociedade de Geografia de Paris. O seu governo foi combatido por Thiers e por Guizot, dois políticos e académicos que faziam parte das relações do Visconde de Santarém. *Notices statistiques sur les colonies françaises. Imprimées para ordre de M. le Baron Duperré, ministre secrétaire d'État de la Marine et Colonies*, Paris, Imprimerie Royale, Troisième Partie, 1839.

⁷ Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, pp. 62, 65 e 66.

⁸ Idem, *Op. Cit.*, p. 66, n. 81, Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português...*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 425, n.º 1095 e Armando Cortesão, *Op. Cit.*, p. 36.



primeiras tentativas intelectuais de refutar a prioridade portuguesa na chegada à Guiné (9). Numa nota datada de 1840, é fácil perceber que Frei Francisco refere-se sobretudo às *Notices statistiques...* como a obra que mais impacto lhe causou. Embora em 1832 já surgissem trabalhos, em França, preparatórios de uma contestação sólida e articulada da posse de Casamansa e que por exemplo o Visconde de Santarém, nas suas notas pessoais, comente desapassionadamente tal contestação e mencione os nomes e as personalidades de alguns dos autores franceses que vai conhecendo, no seu exílio parisiense posterior a 1834, isso não denota uma consciência clara do que mais tarde estará em causa (10). Ou seja, é apenas em 1839-1840 que a situação se torna preocupante, do ponto de vista da sociedade e do governo portugueses, embora há muito o ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa seguisse de perto e refutasse os argumentos franceses.

O contributo de Alexandre Herculano

De tal forma se terá Alexandre Herculano sentido incomodado por artigos de Janeiro e Fevereiro de 1840, no *Times*, sobre Casamansa e, sobretudo, pelas afirmações de um deputado madeirense (11), que escreveu em Julho que tanto em 1836 quanto em 1840 os governos nacionais em funções ignoravam ou *dormiam* relativamente à questão daquele território. Ivo Carneiro de Sousa, num texto significativamente intitulado «O primeiro discurso parlamentar de Alexandre Herculano: a questão de Casamansa», refere-nos como esta foi uma das intervenções da breve carreira de deputado que Herculano manteve em 1840-1841. Especificando-se a data do discurso como 6 de Julho, afirma-se o seu carácter oral e imediatista, procurando suscitar reacções emocionais fortes, «uma comunicação para ser ouvida em contexto da luta política partidária e parlamentar». É mesmo dito que «não se descobre [...] uma verdadeira «dissertação» sobre o problema da presença e colonização portuguesa da Senegâmbia» (12), o que é compreensível, dado ser essa uma das principais queixas que Honório Pereira Barreto, governador interino da Senegâmbia, afirmará amargamente em 1843: a ausência de uma política ultramarina concertada e informada sobre essa possessão portuguesa que foi a Guiné e que se procurou que fosse a Senegâmbia, isto é, estendendo-se

⁹ *Obras completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de São Luís) Patriarca de Lisboa precedidas de uma introdução pelo Marquês de Resende. Publicadas por António Caldeira Correia*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, «Reflexões gerais acerca do infante D. Henrique e dos descobrimentos de que ele foi autor no século XV», pp. 12, n. 6 (refere Avezac, 1837), 36, 39 (Idem) e 41-42 (menciona as *Notices statistiques...*).

¹⁰ É o caso de algumas referências feitas a um diálogo com Avezac a 4 de Setembro de 1836 (Visconde de Santarém, *Inéditos (miscelânea), coligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas (bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1914, pp. 204-205), mas também ao autor Formaleone (pp. 216-217), em finais desse mesmo ano ou início de 1837.

¹¹ Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, p. 72.

¹² Ivo Carneiro de Sousa, «O primeiro discurso parlamentar de Alexandre Herculano: a questão de Casamansa», *Africana Studia* n.º 2, s.l., Edição da Fundação Eng. António de Almeida, 1999, pp. 184-185, 188 e 190. O discurso de Herculano vem reproduzido, na íntegra, a pp. 188 a 197.

pelos actuais países do Senegal e da Gâmbia e não somente o que hoje é a Guiné-Bissau. Aliás, Herculano nunca manteve um particular interesse pelo ultramar ou pela época dos descobrimentos portugueses, por razões ideológicas já devidamente assinaladas (13). Outros historiadores, como Frei Francisco de São Luís (Cardeal Saraiva) e o Visconde de Santarém, teriam uma atenção muito mais aguda relativamente à dupla temática de Casamansa e dos descobrimentos, o que serviu, mesmo que apenas de forma temporária, os interesses da fragmentária política ultramarina da época. Para Herculano, Casamansa será invocada como «paradigma da desastrosa política colonial portuguesa, mas entendida, sobretudo, como espelho da política nacional» e das divisões internas dos homens e grupos do liberalismo, que considerava preocupantes (14). Ou seja, é um dos vários temas com que o historiador, jornalista e literato critica os homens e a governação coeva, não se detendo muito tempo naquele assunto. Aliás, não invoca a troca de notas e os esforços diplomáticos de Portugal e França, nem, porventura, os argumentos históricos que desde 1832 e – sobretudo desde 1839 – franceses e portugueses esgrimiam. Usa um tom retórico e inflamado, próprio de um jovem deputado que se estreia a discursar na câmara baixa (15). Herculano aponta que à nota do Conde de Molé de 27 de Janeiro de 1839 não houve uma resposta portuguesa digna desse nome, mesmo passados ano e meio sobre o facto consumado. O que, como vimos, não é inteiramente verdade, pois o Visconde da Carreira rebatera, a 4 de Fevereiro seguinte, a dita nota, «citando os tratados de Alcântara e de Tordesilhas, firmados entre Portugal e Espanha, e a linha de demarcação estabelecida por Alexandre VI, que foram a base do direito público europeu». Alexandre Herculano invoca, para o final do discurso, a questão da prioridade histórica da presença de Portugal na Guiné e mesmo a legitimação de tal presença, graças às várias bulas papais do século XV dedicadas ao tema, embora as afirme desnecessárias, por existir legislação interna e direito fundado em «descoberta e conquista» (16). Mas fá-lo com uma afirmação verdadeiramente surpreendente, de tão inesperada, no contexto do que hoje entendemos como a questão de Casamansa: «querer provar que nós descobrimos a Guiné no meado do século XV e que nos assenhoreámos desses mares e costas, *chegaria a ser tão ridículo como querer provar que tinha existido o império romano*» (17). Isto parece invalidar todo o trabalho de que o governo português, já quase um mês antes, encarregara o Visconde de Santarém de produzir em Paris, no sentido de provar a prioridade e posse nacional da costa da Guiné. É muito interessante perceber as perspectivas aparentemente tripartidas de diferentes historiadores portugueses sobre Casamansa: Frei Francisco de São Luís, Cardeal Saraiva a partir de 1840, com títulos publicados nesse ano e seguin-

13 Rui Ramos, «As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins», *Análise Social*, 4ª série, vol. XXXII, nº 140, Outubro de 1997, pp. 113-119.

14 Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, pp. 185 e 191-192.

15 Idem, *Op. Cit.*, pp. 190-194.

16 Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, pp. 65 e 68-71 e Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, p. 194 e ss.

17 Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, p. 195. Itálico meu.



te/seguíntes, exaltando a figura e o papel do infante D. Henrique nos descobrimentos portugueses e listando as descobertas geográficas nacionais em África; Alexandre Herculano, enquanto deputado e orador liberal, tocando a rebate para defesa de um território que diferentes facções dentro do liberalismo português, em desunião, pareciam não conseguir valorizar ao ponto de operacionalizarem as respostas diplomáticas e a ocupação territorial; e o Visconde de Santarém, que, como veremos mais adiante, estava no centro geográfico da polémica de Casamansa (Paris), celebrizado pelas suas intervenções na disputa acerca da prioridade da chegada ao Novo Mundo de Colombo ou de Vespúcio e pelo seu papel na publicação da *Crónica... da Guiné*. O qual, a seu tempo, vai desenvolver trabalhos de índole histórica, diplomática e cartográfica que perdurarão muito para além da disputa de Casamansa e da sua definitiva perda territorial, quatro décadas depois (em 1885).

| 19

Mas concluíamos, ainda, com o discurso de Herculano, muito rico em termos de simbologia e mentalidade liberais, em invocações historicistas de glórias passadas e decadência ultramarina actual, falando em Casamansa mas, no fundo, reclamando da família política liberal uma união aparentemente impossível na época e que, de facto, apenas com a Regeneração de 1851 seria alcançada. Este discurso não deve, assim, ser isolado das restantes intervenções feitas em ambas as câmaras, então existentes por força da Constituição de 1838, em vigor em 1840.

Intervenções sobre Casamansa nas câmaras dos deputados e dos senadores (Junho-Julho de 1840)

Que Herculano não esteve sozinho na discussão de Casamansa, no parlamento, provam-no as palavras de Jordão de Freitas: «Nos extractos das sessões da Câmara dos Deputados, dos dias 30 de Junho, 2, 3, 6 e 7 de Julho de 1840, encontrará o leitor notícia do que aí se passou sobre a questão de Casamansa, entrando no debate os deputados J.A. de Magalhães, Sá Nogueira, [Oliveira] Marreca, José Estevão [Coelho], Alexandre Herculano e [...] e os ministros do Reino [Joaquim António de Aguiar] e da Justiça [António Bernardo da Costa Cabral] e dos Estrangeiros, que ao tempo era já Rodrigo da Fonseca»¹⁸. Temos, pois, uma verdadeira *constelação* de figuras de políticos e estadistas a pronunciarem-se sobre Casamansa, um verdadeiro *Who's Who* da política e intelectualidade portuguesa das décadas de 1830 a 1860. Porém, infelizmente, dessas intervenções pouco resta no *Diário da Câmara dos Deputados...*, nada de substancial, exceptuando a intervenção de Herculano. Apesar de este colocar retoricamente a questão «será às cortes de Madrid, às câmaras [parlamentares] de Paris e de Londres ou a nós, deputados da nação portuguesa, que incumbirá defender os direitos de

¹⁸ Jordão de Freitas, *O 2º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos por...* (Estudo publicado pelo actual Visconde de Santarém), Lisboa, Oficina Tipográfica, 1909, p. 48 n. a. Curiosamente, alguns desses nomes são referidos por Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Op. Cit., pp. 341-348.

Portugal?», a verdade é que não foi às câmaras (alta e baixa) do parlamento português que coube criar – com exceção do próprio Alexandre Herculano – um discurso que contivesse qualquer contributo sólido, informado e duradouro sobre a questão de Casamansa. É possível que pela imprensa periódica da época mais alguma intervenção de peso tenha sobrevivido, mas ignora-se a existência dessas fontes ⁽¹⁹⁾. Poder-se-á, assim, concluir algum desconhecimento, por parte dos oradores de primeira água acima invocados, intelectuais da craveira de um José Estevão Coelho ou de um Oliveira Marreca, dos dossiers em questão e das suas ramificações e base factual? Permanece a pergunta, por enquanto, irrespondida.

Mas das palavras de Herculano, quase proféticas ⁽²⁰⁾, pode vislumbrar-se o que acabou por ser a solução tomada para resolver, não definitivamente, mas pelos quarenta e cinco anos seguintes, a questão de Casamansa. Conheceria então Alexandre Herculano a correspondência trocada entre o Conde de Vila Real e Rodrigo da Fonseca, ministros dos Estrangeiros, com o Visconde de Santarém, a propósito do pedido de elaboração de obras para convencer a França da justiça dos argumentos portugueses? Não é possível, também neste caso, sabê-lo com uma certeza absoluta. Mas quando Herculano escreve que a solução passaria por «Reclamar à França, com moderação e firmeza, uma, dez, cem vezes» e que «De um lado da câmara tenho eu ouvido confessar que o partido do absolutismo conta no seu seio muitos homens honestos e probos», parece pressentir que a reclamação firme e moderada, perante a França, dos direitos históricos de Portugal ao território guineense cabia, então, precisamente, a um homem honesto e probo que pertencera a (e liderara) uma facção moderada do miguelismo, quando D. Miguel reinou em Portugal. E que, justamente, fora titular da pasta dos Negócios Estrangeiros quando o administrador colonial, estatístico e publicista Joaquim José Lopes de Lima negociou, em Casamansa, um contrato de cedência territorial em 1831. Falo, como é sabido, do Visconde de Santarém ⁽²¹⁾.

¹⁹ No *Diário da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da nova Câmara reunida em Maio de 1840. Publicada pelo empresário David da Fonseca Pinto*, volume 4º (Julho), Lisboa, na Imprensa Nacional, 1840, apenas se encontram menções de Casamansa, dignas de relevo, nas pp. 38-39 e 64-68 (referentes às sessões de dias 3/7 e 6/7, esta a intervenção de Herculano e brevíssima resposta do ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães). Citação de Herculano retirada de Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, p. 190. O Duque de Palmela, em *Discursos parlamentares proferidos por... nas câmaras legislativas desde 1834 até hoje*, vol. 1º, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, pp. 198-200, refere-se, em sessão de 17 de Julho de 1840, a Casamansa, mas como contraponto à questão da escravatura na baía de Lourenço Marques, sem tecer considerações sobremaneira importantes.

²⁰ Não é por acaso que se estreara na poesia com uma obra intitulada justamente *A Voz do Profeta*, dedicada a Rodrigo da Fonseca Magalhães, seu patrono na política.

²¹ Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, pp. 190 e 191 e Maria Luísa Esteves, *A questão do Casamansa...*, *Op. Cit.*, pp. 51-52.

Outras intervenções

Uma outra figura mais modesta e menos mediática, o militar Cipriano José Rodrigues das Chagas (c.1780-1846), capitão do regimento de milícias de Lisboa, escreve e publica a obra *Descoberta e ocupação da Guiné, só pelos portugueses, ou refutação das modernas pretensões da França àquela descoberta*, de 15 páginas (22).

| 21

Quanto a Frei Francisco de São Luís (Cardeal Saraiva), voltou a publicar um título relacionado com a questão, *Índice cronológico das navegações, viagens e descobrimentos dos portugueses desde o princípio do século XV*, que Inocêncio Francisco da Silva data de 1841 e Armando Cortesão de 1842. Ambos os autores fornecem informações adicionais: Inocêncio, que se tratava de uma segunda versão, alargada, de uma obra de 1840, *Relação cronológica sumária das navegações, descobrimentos e conquistas dos portugueses...*, publicada também, como vimos, na Imprensa Nacional; Armando Cortesão explica-nos que o *Índice Cronológico...* deu origem aos sete volumes de *Os Portugueses em África, Ásia, América ou Oceânia ou história cronológica dos descobrimentos, navegações, viagens e conquistas dos países ultramarinos desde o princípio da monarquia até ao século actual* (23). Do *Índice cronológico das navegações...*, reproduzido, também ele, no tomo V das *Obras completas do Cardeal Saraiva...*, podem ser destacadas duas informações. Primeiro, que o autor começou a escrever o referido texto em 1832 – quem sabe se motivado pelos ecos que lhe chegariam, no convento onde estava enclausurado, das teses francesas sobre a prioridade normanda da descoberta da Guiné. Depois, que o que considera ser a escassez de fontes, excluindo Cadamosto, leva-o a adicionar, em nota, que «Quando isto escrevíamos ainda não tinha aparecido a edição da obra de *Azurara*, há pouco publicada em Paris pelo Sr. Visconde de Santarém» (24). Mais uma vez trata-se de uma obra de carácter descritivo, nem problematizante nem polémico, que se estende, na edição de 1875, entre texto principal e notas, por cerca de cento e cinquenta páginas.

A intervenção do Visconde de Santarém (1840-1842)

Entretanto, em Paris, nas primeiras semanas de 1840, sabe-se que os viscondes de Santarém e da Carreira trabalhavam na preparação de uma edição da *Crónica... da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, que Francisco Adolfo de Varnhagen noticiara, a 11

22 Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, p. 72 e Cipriano José Rodrigues das Chagas, *Descoberta e ocupação da Guiné, só pelos Portugueses, ou refutação das modernas pretensões da França àquela descoberta. Escrita nas duas línguas. Publicada, e acrescentada por...*, Lisboa, Tipografia da Academia das Belas Artes, 1840, 15 pp. Está datado o texto introdutório de Lisboa, 16 de Julho de 1840, pp. 1-3. Inclui uma carta publicada no *Investigador Português em Inglaterra...* de Setembro de 1814, reproduzida a pp. 4-9 e a tradução, inserida na mesma publicação, a pp.10-15. Carta original de 1802, de «um literato anónimo [...] respondendo aos escritores franceses» (p. 1).

23 Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português...*, *Op. Cit.*, vol. II, p. 429, nº 1181 e Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa, Op. Cit.*, vol. I, p. 36.

24 Cardeal Saraiva, *Obras completas do...* «*Op. Cit.*, tomo V», pp. 48, n. 1 e 50.

de Janeiro, como tendo sido descoberta em Paris em 1837 por Ferdinand Denis ⁽²⁵⁾. Porém, apesar de isso conceder ao Visconde de Santarém alguma celebridade – nas edições francesas, condensadas, da *Geschichte von Portugal* do germânico Henrich Schaefer, surge uma nota do português sobre tal fonte, até então inédita ⁽²⁶⁾ – não será essa a razão pela qual o governo português pedirá o contributo do autor para a resolução da contenda sobre Casamansa. Pois, como afirma o diplomata Nuno Barbosa de Figueiredo, em 20 de Julho de 1840, na obra de Zurara «não encontrara mencionado o nome de Casamansa nem mesmo qualquer intenção de se fundar algum presídio naquela costa», remetendo para Cadamosto como eventualmente referindo o rio Casamansa ⁽²⁷⁾. O mais curioso é que, um mês antes, a 19 de Junho, Santarém afirmava que na mesma obra se notava a ausência de menção da presença dos franceses na costa da Guiné, o que tem o condão de transformar um argumento aparentemente negativo num outro positivo, que reforçava a importância da publicação de tal inédito ⁽²⁸⁾.

Não, foi, pois, por causa da obra de Zurara que a 8 de Junho de 1840, quase um mês antes da intervenção de Herculano e de vários deputados a propósito de Casamansa, que o ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conde de Vila Real, solicita a Santarém uma memória que especificasse quais os direitos de Portugal sobre o território, de forma a poderem ser rebatidas as obras de Estancelin e Avezac. Seria este uma espécie de plano B do executivo nacional, uma vez que – conforme denunciaria Herculano a 6 de Julho – não havia nem poderia haver consenso, no seio dos liberais, sobre que medidas tomar e que argumentos invocar? Como sinal, até, da fragilidade dos governos portugueses, a 1 de Julho já é um novo ministro interino dos Estrangeiros, Rodrigo da Fonseca Magalhães, quem escreve ao Visconde, em resposta ao agradecimento que este redigira a 19 de Junho ao Conde de Vila Real ⁽²⁹⁾. Vila Real terá mesmo falado sobre Santarém no parlamento de Lisboa. E, o que não deixa de ser muito interessante, Santarém, ignorando que o conde cessara funções ministeriais, informa que logo a 4 e 19 de Julho lhe enviara «a cópia de uma *Memória* que fiz, acerca

²⁵ Daniel Estudante Protásio, «Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de forças da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)», *História da Historiografia*, n.º 14, Ouro Preto (Brasil), Abril de 2014, p. 40, in <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/669/447> (consultado a 4/12/2015).

²⁶ Idem, verbete sobre Henrich Schaefer no *Dicionário de historiadores portugueses*, in http://dichp.bnportugal.pt/historiadores_estr.htm (consultado a 4/12/2015), pp. 7 e 8 de 12.

²⁷ Maria Luísa Esteves, *A questão do Casamansa...*, *Op. Cit.*, p. 74.

²⁸ Visconde de Santarém, *Correspondência do...* *Coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa)*. Publicada pelo 3.º Visconde de Santarém, vol. VI, Lisboa, Alfredo Lamas, Mota e C.ª, Editores, 1919, p. 115.

²⁹ Jordão de Freitas, *O 2.º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos...* *Op. Cit.*, pp. 48-51 e Visconde de Santarém, *Correspondência do...*, *Op. Cit.*, vols. VI, pp. 114-116 e 122 e VII, p. 259. O conde de Vila Real era, curiosamente, sogro de um dos sobrinhos por afinidade de Santarém, sobrinho esse, futuro 8.º Conde da Ponte, com o qual Santarém se correspondia amiúde.



dos nossos direitos à posse e domínio de Casamansa». A 26 do mesmo mês afirma, em carta para Rodrigo da Fonseca:

«A estas horas, V.Ex.^a terá já em seu poder a dita *Memória*. Pelo próximo correio conto enviar a V. Ex.^a a continuação, isto é, o § X^o, no qual provo, pelo exame das antigas cartas geográficas desde o século XV, muitas das quais são inéditas, que as denominações de Petit-Dieppe e Sestro-Paris não se encontram senão nas cartas francesas posteriores à obra de Villaut de Bellefond, isto é, ao meado do século XVII». E acrescenta que os parágrafos da *Memória*... já enviados tinham por objectivo «desbaratar, em primeiro lugar, os argumentos de algumas obras francesas, argumentos que produziram as asserções formais que se encontram na obra ultimamente publicada pelo ministério da Marinha [de França, as *Notices statistiques*...] e [isto] por me parecer que a dita refutação era essencial, visto que tem sido pela propagação de tais erros que os franceses julgaram ter direitos a Casamansa e concederam privilégios a companhias comerciais, com faculdade de fundarem feitorias naquele território».

Desta forma, concisa e objectiva, Santarém demonstrava uma prontidão e uma rapidez quase fulminantes de argumentos, conhecimentos e resultados, sobretudo se pensarmos que desde pelo menos 1836 que a disputa sobre Casamansa se arrastava e até então, que se saiba, o Visconde pouco ou nada produzira de concreto sobre tais matérias. Estava ainda em decurso a preparação da publicação da *Crónica... da Guiné* – vinda a público no ano seguinte, 1841. Santarém recentemente saíra de uma polémica acesa, sobretudo epistolar, com Francisco Adolfo de Varnhagen, a propósito da questão das pseudo-viagens de Vespúcio, na qual pela primeira vez mencionara o conceito de cartografia, a 8 de Dezembro de 1839 ⁽³⁰⁾.

Parece-me hoje difícil aceitar que o governo português se socorreu formalmente dos conhecimentos e inteligência do Visconde de Santarém com a lisura com que fala desta situação o encomiástico Armando Cortesão ⁽³¹⁾. O próprio Alexandre Herculano colocava o dedo na ferida, falando na ineficiência e divisões dos liberais portugueses e no silêncio ou *adormecimento* de anos da diplomacia e governação portuguesas, muito dificultadas, em boa verdade, pelo carácter efémero dos executivos e câmaras nacionais. É possível que, informalmente, o Visconde da Carreira, amigo desde 1834 de Santarém e o Conde de Vila Real, que Santarém substituíra como Secretário de Estado e Ministro dos Estrangeiros de D. Miguel em 1828, se tenham concertado para, através de canais oficiais e oficiosos ⁽³²⁾, fosse pedido ao autor exilado em França uma actuação discreta, uma preparação cuidada de materiais para, caso necessário, interviesse. Pois ainda em 8 de Agosto desse ano de 1840, Santarém afirmava que «O

³⁰ Visconde de Santarém, *Op. Cit.*, vol. VI, pp. 69, 115 e 118.

³¹ Armando Cortesão, *Op. Cit.*, p. 10.

³² Neste caso, o 8^o Conde da Ponte, genro de Vila Real e sobrinho da Viscondessa de Santarém.

trabalho que enviei sobre as possessões da África ocidental é muito curioso, apesar de ter sido feito com a maior rapidez, em pouco mais de uma semana, isto consagrando-lhe apenas duas horas pela manhã». Embora Rocha Martins, editor da *Correspondência...*, afirme em nota infrapaginal que «Este trabalho não é citado por Inocêncio» Francisco da Silva, sem dúvida que o Visconde falava no que até então designava por *Memória* e que teria o título definitivo, quando publicada em meados de Abril de 1841, de *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa de África ocidental, para servir de ilustração à “Crónica da Conquista da Guiné”, por Azurara...* Como vimos, a 26 de Julho de 1840 nove parágrafos da obra já haviam sido redigidos e enviados para Lisboa. E, pelo menos até Outubro, tal obra não era oficial, isto é, seria suportada pelo autor. Daí que em 8 de Agosto Santarém refira uma obra do Cardeal Saraiva, que tanto pode ser as *Reflexões gerais acerca do infante D. Henrique...* como, mais provavelmente, o *Índice cronológico das navegações...*, só publicado em 1841: «Estou com muita curiosidade de ver o que o São Luís, hoje Patriarca, fez sobre o mesmo objecto e que o ministro do Reino anunciou na câmara achar-se já no prelo». E depois invoca aquelas que me parecem ser as razões substantivas para que o que começou por ser um trabalho em parte redigido em apenas uma semana, se tornou um sistema articulado de obras de natureza histórica, diplomática, cartográfica e cosmográfica: «Entretanto, estou certo que, apesar do muito saber daquele literato, lhe seria impossível fazer em Portugal, sobre este objecto, o trabalho que acabo de fazer aqui, visto que nesse reino faltam os subsídios que aqui sobejam. Somos pobríssimos aí em cartografia» (33).

Temos, assim, como dos vários intervenientes, dos vários intelectuais que mencionaram ou dissertaram sobre Casamansa, referindo-se ou não a esse território (não terá sido o caso, por exemplo, do Cardeal Saraiva, tanto quanto sei), o Visconde de Santarém foi aquele cujo nome e obra mais andam associados àquele território, hoje integrado no Senegal. O traquejo em polémicas histórico-geográficas, conseguido desde 1835-1837 até 1842, no seio da Sociedade de Geografia de Paris, a propósito de Vespúcio; as manobras pouco claras em que se envolveu, com o Visconde da Carreira, para conseguir copiar e editar a *Crónica...* de Zurara, desde pelo menos Dezembro de 1839 (34); e o interesse que a propósito de Vespúcio já dedicara às cartas geográficas e à cartografia, fizeram com que em 1840-1842 desempenhasse um papel decisivo nesta polémica diplomática e ultramarina, até então em claro impasse.

Um conjunto explícito de razões para tal eficiência é enunciado pelo próprio, quando, a 2 de Novembro de 1840, em carta para Rodrigo da Fonseca, refere o pedido, já feito a 21 de Setembro, para que a *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses...* – ainda inédita – fosse ao mesmo tempo traduzida para francês, para obter maior impacto junto do governo e comunidade científica de França:

33 Visconde de Santarém, *Op. Cit.*, pp. 123-124 e nota 1 e Jordão de Freitas, *Op. Cit.*, p. 51. Itálicos meus.

34 Daniel Estudante Protásio, «Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de forças da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)», *Op. Cit.*, pp. 38-40.



«Fique V. Ex^a. descansado que não só aparecerá a tradução [impressa em volume], mas também nos jornais científicos e políticos aparecerão, em seu devido tempo, extractos e análises deste trabalho, as quais hão-de infalivelmente exercer uma grande influência, tanto na opinião [pública] aqui, como nos outros países. *Todas as análises serão, como espero, favoráveis, pois tenho a mais firme convicção [disso], em razão da minha posição literária neste país e das relações que tenho com os homens mais influentes nas ciências e nas letras; tanto mais que, sendo eu um dos colaboradores dos Annales des Voyages, do Bulletin e das Memórias da Sociedade Geográfica [de] Paris e hoje presidente da mesma, em consequência do impedimento do ministro de Estado [dos Trabalhos Públicos, Jaubert], tenho meio de dispor destas importantes publicações»* (35).

A segurança, a rapidez, a eficiência com que o Visconde se disponibilizou para esta *autêntica campanha científica e de marketing político e diplomático*, junto de França e da Europa, é verdadeiramente notável pela sua velocidade e carácter inesperado, quase salvífico. De repente, numa questão que se arrastava havia anos, num país como Portugal, dividido em diferentes sensibilidades políticas dentro do liberalismo vitorioso, mas incapaz de se unir na operacionalização de uma resposta unívoca e coerente, aparece alguém que demonstra um *savoir-faire* e uma capacidade de mobilizar competências, o que hoje designamos por empreendedorismo, verdadeiramente sensacionais. A cronologia, isto é, o encadeamento dos factos, embora eventualmente enfadonho, não pode deixar de nos levar a admirar a rapidez e a articulação com que um simples particular, não um representante oficial do governo português, exilado, indesejado no seu país pelo seu passado político, elabora uma resposta em várias frentes, que se é verdade que o levará aos píncaros da glória do seu tempo e a uma reconhecida fama até à actualidade, não pode deixar de denotar uma lucidez e uma clareza de planeamento, execução e conhecimento de causa raros num estrangeiro que vivia em França não há décadas, mas sim há pouco mais de seis anos.

Logo a 15 de Novembro envia ao mesmo Rodrigo da Fonseca, na sua capacidade de ministro interino dos Estrangeiros, o resumo dos parágrafos VII a XII da sua *Memória...* (sendo que apenas os X a XII são novos). E tece considerações que, no fundo, denotam uma visão global de que o assunto de Casamansa poderia significar, se vitorioso para a França, apenas a ponte do icebergue e uma verdadeira testa-de-ponte para toda a África portuguesa:

³⁵ Hippolyte François Jaubert foi Ministro e Secretário de Estado dos Trabalhos Públicos entre 1 de Março e 29 de Outubro de 1840 (https://fr.wikipedia.org/wiki/Liste_des_ministres_français_des_Travaux_publics e https://fr.wikipedia.org/wiki/Société_de_géographie, consultados a 4 / 12 / 2015). Como se viu, Santarém escreveu a carta quando Jaubert já estava demissionário, isto é, a 2 de Novembro de 1840.

E como esta questão é da mais alta importância para nós [portugueses], como V.Ex.^a, com luminosa política e verdadeiro amor da pátria a considerou desde [o] seu princípio, pareceu-me oportuno acabar com ela *por uma vez e para sempre* e não deixar parte alguma sem uma demonstração e prova incontestável, visto que a mesma questão envolve em si mesma: 1º, uma demonstração e uma usurpação tentada de uma parte integrante dos domínios da coroa de Portugal; 2º, porque uma vez encetada, esta pode ser seguida de outras, mais conseqüentes; 3º, porque [com] esse esbulho se pretende autorizar, disputando-nos, não títulos contestáveis e recentes, mas sim os mais autênticos documentos, os brasões e os direitos mais legítimos da nossa glória entre as nações do mundo, preparando-se a opinião [pública] cá por fora, por meio da propagação de factos supostos e fabulosos, por mais obras (aliás interessantes) e por isso mesmo perigosas, nas quais muitas vezes somos chamados *orgulhosos usurpadores!!!* Tendo tais autores em vista, não a aplicação delas a propósito de um ponto isolado como a Casamansa, mas sim a toda a parte de África por nós descoberta e conquistada e que dois deles, que aliás são ambos membros da câmara dos deputados [um era Estancelin], levaram ainda mais longe, pretendendo que os normandos dobraram até o Cabo da Boa Esperança e navegaram no Mar Índico e em outras partes antes de nós!!»
(³⁶).

O Visconde fala mesmo naquilo que poderíamos designar por *febre africana* francesa, isto é, depois da conquista de Argel, em 1830, «um grande movimento nos espíritos», nas explorações geográficas, nas ciências, a «febre de especulação» económica e comercial, «o desejo do domínio» (³⁷). Ainda perdura, tal como sucederá nas décadas seguintes, o direito histórico e não o direito de ocupação. Vai revelar-se decisiva a intervenção de Santarém na fundamentação do primeiro, mas como se queixará amargamente Francisco Honório Barreto, o direito de ocupação não será acautelado em Casamansa e no que designava por Senegâmbia Portuguesa, com resultados desastrosos.

Mas, por enquanto, a verdadeira «campanha por Casamansa» do Visconde de Santarém prossegue, fulminante e infatigável. E, curiosamente, ele próprio nos explica a causa da sua eficácia; basta atentarmos no que escreve e fornece-nos a chave do seu

³⁶ Visconde de Santarém, *Op. Cit.*, pp. 131-132 (o primeiro itálico é meu) e Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa, Op. Cit.*, vol. I, p. 30. Na edição de 1958 da *Memória sobre a prioridade...*, do Visconde de Santarém, com o título *Prioridade dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique, o § VIII é o dedicado ao «rio e território de Casamansa» (pp. 79-83).

³⁷ Visconde de Santarém, *Correspondência do...*, *Op. Cit.*, vol. VI, p. 132.



sucesso: «O que vou ter a honra de expor a V.Ex.^a é em resultado da experiência que tenho adquirido, em razão de ter estudado as cousas deste país [França] e por ser também escritor e por trabalhar em diversas obras científicas que se têm aqui publicado e continuam a publicar; finalmente, por estar em relação com grande número de autores, de editores e, mesmo, de impressores» (38). É este conhecimento do mundo, político, diplomático, científico, académico, editorial, que vai fazer a diferença e explicar o verdadeiro *blitzkrieg* de publicações e textos de Santarém, nos meses seguintes. A 23 de Novembro desse mesmo ano de 1840, é autorizada confidencialmente a publicação de um *Atlas* que sirva de complemento à memória sobre Casamansa. A 30 de Março de 1841, está terminada a impressão da obra de Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné...*, com introdução e notas de Santarém; a 15 de Abril, sucede o mesmo com a *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa de África ocidental, para servir de ilustração à «Crónica da Conquista da Guiné»...* Em seguida, a 24 de Junho, é emitido o despacho oficial que autoriza a publicação, no mês seguinte, Julho, do *Atlas composé des cartes des XIVe, XVe, XVIe et XVIIe siècles, pour la plupart inédites, devant servir de preuves à l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la côte occidentale de l'Afrique au delà du cap bojador par les portugais...*, de 23 monumentos e duas tiragens. De 22 de Setembro data uma epístola do célebre Alexander von Humboldt, geógrafo, explorador, estadista, dito fundador da geografia humana, qualificando a edição da *Crónica...* de Zurara como «un noble témoignage de la grandeur et de l'heroïsme d'une nation». E porque a edição francesa, ampliada, da *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses...* só sairá impressa, em francês, em Junho de 1842, com o título de *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale de l'Afrique...*, acompanhada de uma nova edição do *Atlas*, agora com 29 estampas e 44 monumentos, logo em Outubro de 1841 o *Bulletin* da Sociedade de Geografia reproduz fragmentos da dita obra, para gáudio dos académicos e do público francês que quisesse ser instruído com os escritos de Santarém (39). Em conclusão, este conhecia todos os truques do ofício do *marketing editorial e científico*, trabalhava com uma eficiência e uma precisão inigualáveis, com a eficácia estratégica de um homem que conseguia o que governos, equipas ministeriais e a própria Academia das Ciências de Lisboa não alcançavam: derrotar a poderosa máquina governamental, académica, científica, política e económica da França, ávida de tomar posse de qualquer porção do território africano, que despontava então nas imaginações do público, dos militares e dos capitalistas franceses. Será mesmo o Visconde quem, a 19 de Julho de 1841, escreve umas «Observações sobre a Nota do conde [de Molé], de 27 de Janeiro de 1839, acerca de Casamansa», isto é, a resposta que até então ninguém, em Portugal, conseguira dar ao ex-

³⁸ Idem, *Op. Cit.*, p. 135.

³⁹ Jordão de Freitas, *O 2º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos por...*, *Op. Cit.*, pp. 47-48, nota a), 54, 57, 78, 85 e nota b), Visconde de Santarém, *Op. Cit.*, vols. VI, p. 210 e VIII, p. 77 e Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, *Op. Cit.*, p. 16.

ministro dos Estrangeiros francês, exceptuando o Visconde da Carreira ⁽⁴⁰⁾. Estava justificado o que Herculano considerava desnecessário justificar: a prioridade da descoberta da Guiné pelos portugueses.

Na síntese de Maria Luísa Esteves, «Começa assim a esboçar-se uma tentativa de rigor histórico com a descoberta do manuscrito de Zurara e o desenvolvimento da investigação, sendo o seu exemplo mais brilhante a referida *Memória* do Visconde de Santarém, justamente considerada o alicerce deste terçar de armas entre as duas diplomacias». Afirmando Honório Barreto, após a morte de Santarém, em ofício de 26 de Agosto de 1857, que «estas duas obras [*Crónica...* de Zurara e *Memória...*] destruíram de uma vez por todas a pretensão gaulesa de considerar os normandos os descobridores da Guiné» ⁽⁴¹⁾.

Na sua obra de 1843, *Memória sobre o estado actual de Senegâmbia Portuguesa, causas de sua decadência e meios de a fazer prosperar...*, o mesmo Honório Pereira Barreto descreve uma situação verdadeiramente caótica, de falta de apoio da metrópole, de desinformação por parte dos funcionários locais para com a administração central, de doenças, de fome, de falta de cultivo dos solos, de ignorância, superstição, revolta e ataques constantes dos indígenas aos portugueses. O tom amargurado do autor, ex-governador-geral interino e nascido na Guiné, reflecte bem o estado de abandono e de desconhecimento a que o governo, os políticos, as câmaras e a imprensa nacionais tinham para com os territórios ultramarinos. É algo que eventualmente sucederia com outras possessões portuguesas em África e Ásia, numa época em que não estava montada uma máquina administrativa eficaz, nem em Portugal, nem nas colónias; em que as comunicações eram unilaterais e demoradas e o despotismo dos juízes e governadores locais todo-poderoso ⁽⁴²⁾. O interesse pelas fontes documentais e estatísticas sobre Cabo-Verde, Guiné Portuguesa e demais enclaves espalhados por uma enorme extensão geográfica, em dois continentes, nas décadas de 1830 e 1840, revelavam um envolvimento crescente de intelectuais, governantes e público, mas não se reflectiam em políticas ultramarinas eficientes, estruturadas e inequívocas. Kopke, Lopes de Lima, Chelmicki e Varnhagen, Manuel António Martins ⁽⁴³⁾, Visconde de Santarém, a partir de Paris, Porto, Lisboa, procuravam lutar contra a estagnação da administração colonial portuguesa, que se prolongaria, eventualmente, até à fundação da Sociedade de

⁴⁰ Visconde de Santarém, *Correspondência do...*, *Op. Cit.*, vol. VI, pp. 170 e 172-177.

⁴¹ Maria Luísa Esteves, *A questão do Casamansa...*, *Op. Cit.*, pp. 74-75 e n. 99.

⁴² Honório Pereira Barreto, *Memória sobre o estado actual de Senegâmbia Portuguesa, causas de sua decadência e meios de a fazer prosperar, por... ex-governador da mesma*, Lisboa, Tipografia da Viúva Coelho e Companhia, 1843, pp. 3-12 e ss.

⁴³ *Apologia do Cidadão Manuel António Martins...*, Lisboa, 1836; *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde...* Publicado por Diogo Kopke, Porto, 1841; *Corografia Cabo-Verdiana...* por José Conrado Carlos de Chelmicki... [e Francisco Adolfo de Varnhagen], Lisboa, 1841, 2 vols.; Joaquim José Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas...*, Lisboa, 1844, 3 vols.



Geografia de Lisboa, em 1875, à Conferência de Berlim de 1884-1885 e à questão do Mapa Cor-de-Rosa, em 1890.

Conclusão

Os intelectuais portugueses procuraram, nas décadas de 1830 a 1840, afirmar-se no panorama cultural, científico, académico e político nacional. Conforme teoriza Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, a carreira literária e a ascensão social de cada autor, de cada intelectual, no carácter difuso dessa designação, depende das oportunidades que surgem para brilhar, para se destacar dos seus pares. Seja pela originalidade dos seus escritos, seja pela oportunidade de intervir em questões públicas, metropolitanas ou ultramarinas. O sucesso ou fracasso de cada acção, isto é, o carácter duradouro ou efémero de uma actuação individual numa questão como a de Casamansa, pode ser aferido, subjectivamente, pela durabilidade do nome de um autor específico associado a um determinado acontecimento ou necessidade de defesa de direitos, internos ou externos. E, por mais que um conjunto significativo de intelectuais se tenha afirmado a propósito da Guiné Portuguesa, nos cinco anos considerados no presente estudo, nenhum alcançou o prestígio do Visconde de Santarém, mesmo que nas *Obras Completas do Cardeal Saraiva...* estejam incluídos textos sobre o assunto e Alexandre Herculano tenha brilhado numa sessão parlamentar em que pela primeira vez falou na tribuna da câmara baixa portuguesa. As razões para tal singularidade prendem-se com a preparação intelectual e a rede de contactos académicos, diplomáticos e políticos que o Visconde mantinha, em Portugal e em França, apesar de indelevelmente marcado pela colaboração activa com o vencido regime de D. Miguel. Muito, também, devido à capacidade considerável de trabalho e de auto-mobilização de saberes, contactos e documentos a propósito da prioridade portuguesa na chegada à Guiné, bem como uma concepção moderna de marketing científico e de opinião pública a esclarecer e a influenciar através da imprensa escrita.

Fontes e bibliografia consultadas

- BARRETO, Honório Pereira, *Memória sobre o estado actual de Senegâmbia Portuguesa, causas de sua decadência e meios de a fazer prosperar, por... ex-governador da mesma*, Lisboa, Tipografia da Viúva Coelho e Companhia, 1843.
- CHAGAS, Cipriano José Rodrigues das, *Descoberta e ocupação da Guiné, só pelos Portugueses, ou refutação das modernas pretensões da França àquela descoberta. Escrita nas duas línguas. Publicada, e acrescentada por...*, Lisboa, Tipografia da Academia das Belas Artes, 1840.
- CORTESÃO, Armando, *História da Cartografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Junta da Investigação Ultramarina, 1969.
- ESTEVES, Maria Luísa, *A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.
- FREITAS, Jordão, *O 2º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos por... (Estudo publicado pelo actual Visconde de Santarém)*, Lisboa, Oficina Tipográfica, 1909.
- PALMELA, Duque de, *Discursos parlamentares proferidos por... nas câmaras legislativas desde 1834 até hoje*, vol. 1º, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.
- RAMOS, Rui, «As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins», *Análise Social*, 4ª série, vol. XXXII, nº 140, Outubro de 1997, pp. 113-141.
- SANTARÉM, Visconde de, *Inéditos (miscelânea), coligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas (bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1914.
- IDEM, *Correspondência do... Coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3º Visconde de Santarém*, vols. VI-VIII, Lisboa, Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores, 1919.
- IDEM, *Prioridade dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1958 (1ª ed., *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa de África ocidental...*, Paris, na Livraria Portuguesa de J.-P. Aillaud, 1841).
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- SARAIVA, Cardeal, *Obras completas do... (D. Francisco de São Luís) Patriarca de Lisboa precedidas de uma introdução pelo Marquês de Resende. Publicadas por António Caldeira Correia*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.
- SILVA, Inocência Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português...*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.



- SOUSA, Ivo Carneiro, «O primeiro discurso parlamentar de Alexandre Herculano: a questão de Casamansa», *Africana Studia* n° 2, s.l., Edição da Fundação Eng. António de Almeida, 1999, pp. 183-197.
- *Diário da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da nova Câmara reunida em Maio de 1840. Publicada pelo empresário David da Fonseca Pinto*, volume 4° (Julho), Lisboa, na Imprensa Nacional, 1840.

Webgrafia (consultada a 4/12/2015)

- PROTÁSIO, Daniel Estudante, «Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de forças da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)», *História da Historiografia*, n° 14, Ouro Preto (Brasil), Abril de 2014, pp. 27-43, disponível em <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/669/447>
- IDEM, verbete sobre Henrich Schaefer no *Dicionário de historiadores portugueses*, in http://dichp.bnportugal.pt/historiadores_estr.htm
- https://fr.wikipedia.org/wiki/Mathieu_Molé
- https://fr.wikipedia.org/wiki/Liste_des_ministres_français_des_Travaux_publics
- https://fr.wikipedia.org/wiki/Société_de_géographie



Casamansa e a Guiné. Imagem disponível em <http://ncultura.pt/casamansa-a-ex-colonia-portuguesa-que-luta-pela-independencia/> (consultado em 2/2016)